

**FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO**

**João Camilo SANTOS  
Thamires CRISTINA**

**A percepção da sociedade fluminense na passagem do  
Império para a República a partir de uma obra literária**

Trabalho Temático produzido para o  
Curso de Graduação em Sociologia e  
Política

**São Paulo, 2008**

"Machado usava luvas de pelica para esbofetear a sua humanidade"  
(José Lins do Rego – 1901-1957)

Machado no contexto de sua obra *Esaú e Jacó* convida ao leitor atento de sua época a reflexão perante as incertezas de um Rio de Janeiro em um período de mudanças. Suas impressões deste momento de inevitável transição do sistema político e suas conseqüências são, por sua vez, encontradas apenas nas insinuações e ironias que marcam seu estilo literário. Um escritor mulato, pouco atraente à primeira vista, origem humilde e neto de escravos alforriados, veio do morro carioca, através de muito trabalho consegue adentrar na alta sociedade carioca e ali ser admirado e imortalizado na Academia Brasileira de Letras onde foi fundador e seu primeiro presidente.

A transição de uma economia escravocrata para uma democracia burguesa evolui por todo século XIX que influencia também as artes. O ápice dessas mudanças coincide com o período da maturidade do trabalho machadiano na esfera do movimento literário realista. *Realismo*, um movimento literário que, em meados do século XIX, surgiu como uma reação ao *romantismo*. Portanto, o Realismo tem de ser analisado a partir de um novo ponto de referência: a Europa vive na segunda fase da Revolução Industrial, ao mesmo tempo em que conhece o desenvolvimento de pensamento científico e das doutrinas filosóficas e sociais. Durante a segunda metade do século XIX, difundem-se o pensamento dialético de Hegel (1770-1831) *tese, antítese, síntese*, o *positivismo* de Auguste Comte (1798-1857), o *socialismo científico* de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), e o *evolucionismo* de Charles Darwin (1809-1882).

Na década de 70 surge a chamada Escola de Recife, com Tobias Barreto (1839-1889), Sílvio Romero (1851-1914) e outros, cujas idéias se aproximam do pensamento europeu. O positivismo, e evolucionismo e, principalmente, a filosofia alemã são os inspiradores do Realismo, encontrando ressonância no conturbado momento histórico vivido pelo Brasil, sob o signo do abolicionismo, do ideal republicano e da crise da Monarquia.

Considera-se 1881 como o ano inaugural do Realismo no Brasil. De fato, esse foi um ano fértil para a literatura brasileira, com a publicação de dois romances fundamentais, que dão um novo rumo a nossa literatura: *O mulato*, de Aluísio Azevedo (1857-1913), considerado o primeiro romance naturalista brasileiro, e *Memórias Póstumas de Brás*

*Cubas*, de Machado de Assis, nosso primeiro romance realista.

A Revolução Industrial iniciada no século XVIII entra numa nova fase, caracterizada pela utilização do aço, do petróleo e da eletricidade, ao mesmo tempo, o avanço da Física e da Química. O capitalismo se estrutura em moldes modernos, com o surgimento de grandes complexos industriais, por outro lado, a massa operária urbana avoluma-se, formando uma população marginalizada que não partilha os benefícios gerados pelo progresso industrial, mas, pelo contrário, é explorada e sujeita a condições subumanas de trabalho.

Essa nova sociedade serve de pano de fundo para uma nova interpretação da realidade, que gera teorias de variadas posturas ideológicas. Numa seqüência de fatos, temos o positivismo de Comte, preocupado com o real-sensível, com o fato, defendendo o cientificismo no pensamento filosófico e a conciliação entre ‘ordem e progresso’ (a expressão utilizada na bandeira republicana do Brasil é de inspiração positivista); o socialismo científico de Marx e Engels, a partir da publicação do *Manifesto do Partido Comunista*, em 1848, que define o materialismo histórico e a luta de classes "O modo de vida material condiciona o processo de vida social, político e intelectual em geral" – Karl Marx; o evolucionismo de Darwin, a partir da publicação, em 1859, de *A origem das Espécies*, livro em que são expostos os estudos sobre a evolução das espécies pelo processo de seleção natural, negando, portanto, a origem divina defendida pelo Cristianismo.

Acompanhando as transformações econômicas, políticas e sociais por que passa a Europa, o Brasil também vive mudanças radicais tanto no plano econômico como no político-social, no período compreendido entre 1850 e 1900, embora com profundas diferenças materiais em relação à Europa. A campanha abolicionista intensifica-se a partir de 1850; a Guerra do Paraguai (1864-1870) tem como conseqüência o pensamento republicano, o Partido Republicano foi fundado no ano em que essa guerra acabou; a Monarquia, representada por D. Pedro II, no poder há 40 anos, sofre uma forte decadência. A *Lei Áurea*, de 1888, não resolve o problema dos negros, mas cria uma nova realidade. A mão-de-obra escrava é substituída pela mão-de-obra assalariada, representada pelas levas de imigrantes europeus que vinham trabalhar na lavoura cafeeira, tendo início então uma nova economia, voltada para o mercado externo e livre da estrutura colonialista.

\*\*\*

"A propriedade não tem somente direitos, tem também deveres (...) Se for eleito, não separarei mais as duas questões - a da emancipação dos escravos e a da democratização do solo. Uma é o complemento da outra. Acabar com a escravidão não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão"  
(Joaquim Nabuco – 1849-1910)

A modernidade desestabiliza a elite rural e patriarcal cliente dos traficantes de negros vindos da África. Na metade do século XIX, em 1850, um acontecimento de enorme repercussão ocorre no Brasil: a abolição do tráfico negreiro. A *lei Eusébio de Queiroz* estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos no Império. Porém essa medida não é iniciativa dos próprios brasileiros, mas da Inglaterra. Várias razões explicam essa atitude do governo britânico. Em primeiro lugar, a Revolução Industrial do século XVIII, na Inglaterra, tende a universalizar o emprego do trabalho assalariado, pondo fim a toda exploração por parte do produtor direto.

No século XIX, para a sociedade européia que evolui no sentido do emprego do trabalho livre assalariado a escravidão, aparece com toda sua desumanidade, criando bases emocionais para as ações antiescravistas. É evidente que os bons sentimentos por si mesmos são insuficientes para qualquer objetivação histórica. De fato, o capitalismo industrial que é um sistema “condenado a crescer” permanentemente e a abertura de novos mercados é absolutamente vital. E a escravidão nas áreas coloniais impede a sua ampliação, pois escravos, por definição, não são consumidores. Por outro lado, as colônias inglesas das Antilhas, que produzem açúcar, perdem com a concorrência brasileira, pois estão em situação de desvantagem, uma vez que ali se emprega o trabalho livre assalariado que, aplicando impostos referentes aos custos de sua produção, deixa de ter, no mercado europeu, um preço competitivo.

Mais que em qualquer outra matéria, nesta dificilmente se conseguem se separar os aspectos exclusivamente econômicos de outros de caráter social mais amplo. Constituindo a escravidão no Brasil à base de um sistema de vida secularmente estabelecido, e caracterizando-se o sistema econômico escravista por uma grande estabilidade estrutural, explica-se facilmente

que para o homem que integrava esse sistema a abolição do trabalho servil assumisse as proporções de uma ‘hecatombe social’. Mesmo os espíritos mais lúcidos e fundamentalmente antiescravistas, como Mauá, jamais chegaram a compreender a natureza real do problema e se enchiam de susto diante da proximidade dessa ‘hecatombe’ inevitável. Prevalencia então a idéia de que um escravo era uma ‘riqueza’ e que a abolição da escravatura acarretaria o empobrecimento do setor da população que era responsável pela criação de riqueza no país. Faziam-se cálculos alarmistas das centenas de milhares de contos de réis de riqueza privada, que desapareciam instantaneamente por um golpe legal. Outros argumentavam que, pelo contrário, a abolição da escravatura traria a ‘libertação’ de vultosos capitais, pois o empresário já não necessitaria imobilizar em força de trabalho ou na comercialização de escravos importantes porções de seu capital.

A abolição da escravatura, à semelhança de uma ‘reforma agrária’, não constitui por si nem destruição nem criação de riqueza. Constitui simplesmente uma redistribuição da propriedade dentro de uma coletividade. A aparente complexidade desse problema deriva de que a propriedade da força de trabalho, ao passar do senhor de escravos para o indivíduo, deixa de ser um ativo que figura numa contabilidade para constituir-se em simples virtualidade. Do ponto de vista econômico, o aspecto fundamental desse problema radica no tipo de repercussões que a redistribuição da propriedade terá na organização da produção, no aproveitamento dos fatores disponíveis, na distribuição da renda e na utilização final dessa renda. (FURTADO, 1987, p. 136-137).

O enredo da história de Esaú e Jacó se desenvolve a partir de uma família que acompanha de perto o período de transição do país. O banqueiro Santos intitulado em seguida como Barão de Santos por publicação de despacho imperial através do reconhecimento de seu potencial laborioso, pai dos protagonistas da trama Pedro e Paulo e marido de Natividade, retrata o típico capitalista fluminense que, ainda pobre, vem para o Rio de Janeiro por ocasião da “febre das ações” e acompanha a efervescência econômica do período de 1850-1855, quando houve grande facilidade do crédito e as ações de bancos

e companhias alcançaram alto preço, houve uma febre de enriquecimento fácil e rápido. A liquidez da economia formou muitos ricos e empobreceu a outros. A lei Rio Branco preocupava o andamento econômico dos novos investidores, Santos como banqueiro sentiu-se ameaçado, pois o banco sendo credor da lavoura sofreria mudanças no tratamento sobre as conseqüências da nova administração do trabalho no Brasil.

\*\*\*

“Nem tudo se perde nos bancos; o mesmo dinheiro,  
quando alguma vez se perde, muda apenas de dono”  
(Machado de Assis)

O personagem Nóbrega fica rico sem muitos esforços por ser beneficiado com a esmola voluntária de Natividade ainda quando era irmão das almas e também pela crise do “encilhamento” ocorrida no governo provisório do Presidente da República Deodoro da Fonseca (1827-1892), onde propiciou estímulo à industrialização no Brasil.

Plácido era representante da religião espírita que estava se instalando na sociedade brasileira e conquistando discípulos, Santos que se torna seguidor da doutrina e ainda conquistou uma amizade duradoura com Aires na casa do religioso, posteriormente conselheiro Aires, que também freqüentava a casa. Aires era o mediador das famílias burguesas descritas na obra, ele acompanhou a trajetória das personagens relatando-as em seu Memorial.

O romance se centraliza em dois personagens que se complementam, apesar de personalidades opostas, como forças políticas apaixonadas pela nação diverge-se, como forças impulsionadas pelo coração converge, caso Flora. Da natureza complexa que é o ser humano só mesmo Flora, a inexplicável moça que apaixona os gêmeos, era capaz de explicá-los, reconhecia o ímpeto de Paulo e a sutileza em Pedro. Talvez o que fascinasse Flora fosse esse equilíbrio de qualidades que ela tinha diante de si e que estava à sua disposição. Era certamente por isso que Flora não os distinguia, chamando Paulo de Pedro e vice-versa.

Pedro, o conservador, mais dissimulado e Paulo, liberal, o agressivo. O autor retrata exatamente o perfil das novas gerações da classe dominante burguesa fruto da industrialização, como as instituições formam os indivíduos que a compõe de acordo com suas necessidades. Daí o que parece Pedro ter que vender sua primogenitura ao seu irmão mais novo, jovem porém mais forte como a república frente a decadente monarquia. Dessa forma encontra-se o sentido do título da obra, que de acordo com o Livro de Gênesis, Esaú e Jacó: Filhos de Isaac e Rebeca. Como Rebeca era estéril, Isaac ora a Deus para que lhe dê um filho. Quando Rebeca concebe, sente os filhos lutando em seu ventre e consulta a Deus, que lhe responde: "Duas nações há no teu ventre, dois povos, nascidos de ti, se dividirão: um povo será mais forte que o outro, e o mais velho servirá ao mais moço". Mais tarde, Esaú, que era o mais velho, vendeu seu direito de primogenitura a Jacó, por um prato de lentilhas.

Natividade, assim como a personagem bíblica Rebeca, carrega no ventre dois seres, ela procura a Cabocla Bárbara no Morro do Castelo para que lhe desvende o futuro de seus filhos. A cabocla integra, na interpretação da obra, junto com Plácido o conjunto de fatores sobrenaturais pertencentes a uma nova religião que passava pelo primeiro processo de divulgação para a formação do sincretismo religioso no país. Ao retratar o perfil religioso da época, o autor situa a Cabocla no lado "obscuro", Ele a "esconde no Morro", apenas discretamente as pessoas iam a sua procura e após boas doses de coragem. Por outro lado, Plácido representa as luzes das interpretações sobre a vida, a doutrina espírita originária da França, por sua vez, vêm com soluções para as intempéries da vida burguesa. Como a doutrina encontra seu berço na elite francesa, O banqueiro Santos se sente confortável em saciar suas curiosidades entre os seus, a ter que fazê-lo subindo o morro.

O autor, no início sua obra, trabalha com a menor unidade do conjunto da sociedade monárquica, a família. Seus membros refletem a sociedade em que vivem. A partir da micro-sociedade, a família, é que Machado ressoa para reflexão o que se passa na sociedade em sua amplitude:

O primado que o Estado concede ao tipo de cultura desinteressada sobre a cultura que se volta para os conhecimentos utilitários e práticos não

deriva, como pensam alguns ingênuos, de incompreensão dos dirigentes; deriva, isto sim, das exatas necessidades do Estado que surge em uma sociedade escravista: O trabalho da terra, como a atividade mecânica e industrial, parecia reservado aos ignorantes e incapazes e mal se acomodava com essa espécie de enobrecimento que confere a passagem pela escola, pelos liceus e pelas faculdades, destinadas a preparação para as profissões liberais. Os estudantes que no Brasil, como, aliás, por toda à parte, vinham da elite da sociedade, do patriciado rural ou daquela pequena burguesia que procurava ascender às camadas superiores, dirigiam-se às aulas e aos ginásios, e daí as escolas das profissões liberais, e especialmente as duas faculdades de Direito. Na sociedade governada pelos interesses materiais de uma oligarquia de grandes proprietários rurais, exploradores de escravos, e pelo idealismo jurídico, cultivado nas duas faculdades, continuadoras das tradições coimbrãs, erguia-se, superior à estrutura social e econômica, a estrutura política, montada pelos homens de Direito, e aprofundava-se, em vez de se reduzir, a distância entre a cultura das elites e a das classes populares, que permanecem em relação àquelas, como 'a realidade mísera de um pobretão sob um manto de lantejoulas' e de pedrarias...' A realidade estava, realmente, no violento contraste entre a 'minoría dos letrados e eruditos' e a 'enorme massa de analfabetos'. (SODRÉ, 1982, p. 41-42).

Na monarquia, era incontestável a influência dos fazendeiros escravocratas nas decisões políticas, porém a tendência progressista focaliza novos horizontes. A ascensão de uma burguesia urbana surge para estruturar suas bases e atender a seus próprios interesses. O progresso material das novas gerações disputa espaço com o conforto conservador alicerçado no trabalho escravo. Pela primeira vez, o Brasil toma conhecimento do que fosse o progresso moderno com certa riqueza e bem-estar material, à custa da alienação como bem pensado pelo capitalismo.

## Referências

ASSIS, Machado. *Esau e Jacó*. 12ª edição. São Paulo, Ática, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese da História da Cultura Brasileira*. 10ª edição. São Paulo. Difel, 1982.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 22ª edição. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1987.

STEDILE, João Pedro. *A Questão Agrária no Brasil*. 2ª edição. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2005.